



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DFO AUDITOR SAMY WURMAN**

Av. Rangel Pestana, 315 - Centro - CEP: 01017-906 - São Paulo/SP
PABX: (11) 3292-3266 - Internet: <http://www.tce.sp.gov.br>



SENTENÇA DO AUDITOR SAMY WURMAN

PROCESSO:	TC-20296.989.21-3
ÓRGÃO:	<ul style="list-style-type: none">▪ INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES - IPREM▪ ADVOGADO: LILIAN DE FREITAS (OAB/SP 206.813)
MATÉRIA:	PENSÃO
RESPONSÁVEL:	<ul style="list-style-type: none">▪ JOSE CARLOS DE AGUIAR CALDERARO
EXERCÍCIO:	2020
EX-SERVIDORES:	Paulo Antônio Rodrigues e outros.
INSTRUÇÃO:	UR-07 - REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.

RELATÓRIO

Em exame, atos concessórios de pensão mensal efetivados no exercício de 2020, pelo INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES - IPREM, constantes da planilha SisCAA do evento nº 33.1.

A instrução procedida pela Fiscalização atestou a regularidade das pensões concedidas, propondo os respectivos registros, conforme eventos nº 12.1. e 33.2.

Encaminhados os autos com vistas ao Ministério Público de Contas, o processo não foi selecionado para análise específica, nos termos do Ato Normativo PGC 006/2014, de 03.02.2014, publicado no DOE de 08.02.2014.

DECISÃO

A instrução processual não apontou imperfeições nos atos concessórios das pensões em apreço realizados pelo INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES - IPREM, no exercício de 2020.

Dessa forma, acompanhando a manifestação favorável da Fiscalização, e ciência do d. Ministério Público de Contas, e conforme atribuições conferidas pelo artigo 4º, inciso III da Lei Complementar nº 979/05, c.c. artigo 57, inciso IX do Regimento Interno deste Tribunal, **JULGO LEGAIS** os atos concessórios de pensão mensal em exame e determino os consequentes registros nos termos do inciso VI do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93.

Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Republique-se por extrato.

Ao cartório para:

- a) aguardar o prazo recursal.
- b) certificar o trânsito em julgado.

Após, ao DSF-2.1 para o devido registro.

Arquivando-se em seguida.

CA, 01 de Dezembro de 2021.

SAMY WURMAN
AUDITOR

ÓRGÃO: • INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES - IPREM
◦ ADVOGADO: LILIAN DE FREITAS (OAB/SP 206.813)

MATÉRIA: PENSÃO

RESPONSÁVEL: • JOSE CARLOS DE AGUIAR CALDERARO

EXERCÍCIO: 2020

EX-SERVIDORES: Paulo Antônio Rodrigues e outros.

INSTRUÇÃO: UR-07 - REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, **JULGO LEGAIS** os atos concessórios de pensão mensal em exame e determino os consequentes registros nos termos do inciso VI do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

(REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÃO NO DOE DE 19/10/2021)

Republique-se.

CA, 01 de Dezembro de 2021.

SAMY WURMAN
AUDITOR

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: SAMY WURMAN. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-KPIC-FVPL-6M2X-FDRT